



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA

## Concurso Público/2012

Caderno: 1 Aplicação: Tarde

# Procurador

Código: PJD04

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

- 1 - A duração da prova é de **4(quatro) horas**, já incluído o tempo de preenchimento do cartão de respostas.
- 2 - O candidato que, na primeira hora de prova, se ausentar da sala e a ela não retornar, será eliminado.
- 3 - Os três últimos candidatos a terminar a prova deverão permanecer na sala e somente poderão sair juntos do recinto, após aposição em ata de suas respectivas assinaturas.
- 4 - Você **NÃO** poderá levar o seu caderno de questões, pois a imagem do seu **cartão de respostas** será disponibilizado em <http://concursos.biorio.org.br>

### INSTRUÇÕES - PROVA OBJETIVA

- 1 - Confira atentamente se este caderno de perguntas, que contém **60** questões objetivas, está completo.
- 2 - Cada questão da Prova Objetiva conterà **5 (cinco) opções e somente uma correta**.
- 3 - Confira se **seus dados** e o **cargo/especialidade** escolhido, indicados no **cartão de respostas**, estão corretos. Se notar qualquer divergência, notifique imediatamente ao Fiscal ou ao Chefe de Local. Terminada a conferência, você deve assinar o cartão de respostas no espaço apropriado.
- 4 - Confira atentamente se o número que consta neste caderno de perguntas é o mesmo do que consta em seu cartão de respostas. Se notar qualquer divergência, notifique imediatamente ao Fiscal ou ao Chefe de Local.
- 5 - Cuide de seu **cartão de respostas**. Ele não pode ser rasurado, amassado, dobrado nem manchado.
- 6 - Para cada questão objetiva são apresentadas cinco alternativas de respostas, apenas uma das quais está correta. Você deve assinalar essa alternativa de modo contínuo e denso.
- 7 - Se você marcar mais de uma alternativa, sua resposta será considerada errada mesmo que uma das alternativas indicadas seja a correta.

### AGENDA

- 21/05/2012, divulgação do gabarito da Prova Objetiva:  
<http://concursos.biorio.org.br>
- 24/05/2012, disponibilização das Imagens dos Cartões Respostas das Provas Objetivas
- 24 e 25/05/2012, recursos contra formulação e conteúdos da Prova Objetiva na Internet:  
<http://concursos.biorio.org.br>
- 05/06/2012, divulgação do resultado da análise dos recursos da Prova Objetiva.
- 06/06/2012, divulgação do Resultado Final da Prova Objetiva.

#### ● Informações:

Tel: 21 3525-2480 das 9 às 18h

#### Internet:

<http://concursos.biorio.org.br>

#### E-mail:

[mesquita2012@biorio.org.br](mailto:mesquita2012@biorio.org.br)



*Concursos*

## LÍNGUA PORTUGUESA

### TEXTO 1:

#### Será que sou bobo?

Walcyr Carrasco

Ando perdido em uma selva de palavras. Existem termos destinados a dar a impressão de que algo não é exatamente o que é. Ou para botar verniz sobre uma atividade banal. Já estão, sim, incorporados no vocabulário. Servem para dar uma impressão enganosa. E também para ajudar as pessoas a parecer inteligentes e chiques porque parecem difíceis. Resolvi desvendar algumas dessas armadilhas verbais.

*Seminovo* — Já não se fala em carro usado, mas em seminovo. Vendedores adoram. O termo sugere que o carro não é tão velho assim, mesmo que se trate de uma Brasília sem motor. Ou que o câmbio saia na mão do comprador logo depois da primeira curva. E pura técnica de vendas. Vou guardá-lo para elogiar uma amiga que fez plástica. Talvez ela adore ouvir que está “seminova”. Mas talvez...

*Sale* — É a boa e velha liquidação. As lojas dos *shoppings* devem achar liquidação muito chula. Anunciam em inglês. *Sale* quer dizer que o estoque encalhou. A grife está liquidando, sim! Não se envergonhe de pedir mais descontos. Pode ser que não seja chique, mas aproveite.

*Loft* — Quando o *loft* surgiu, nos Estados Unidos, era uma moradia instalada em antigos galpões industriais. Sempre enorme e sem paredes divisórias. Vejo anúncios de *lofts* a torto e a direito. A maioria corresponde a um antigo conjugado. Só não tem paredes, para lembrar seu similar americano. É preciso ser compreensivo. Qualquer um prefere dizer que está morando em um *loft* a dizer em uma quitinete de luxo.

*Cult* — Não aguento mais ouvir falar que alguma porcaria é *cult*. O *cult* é o brega que ganhou *status*. O negócio é o seguinte: um bando de intelectuais adora assistir a filmes de terceira, programas de televisão populares e afins. Mas um intelectual não pode revelar que gosta de algo considerado brega. Então diz que é *cult*. Assim, se pode divertir com bobagens, como qualquer ser humano normal, sem deixar de parecer inteligente. Como conceito, próximo do *cult* está o *trash*. E o lixo elogiado. *Trash* é muito usado para filmes de terror. Um candidato a intelectual jamais confessa que não perde um episódio da série Sexta-Feira 13, por exemplo. Ergue o nariz e diz que é *trash*. Depois, agarra um saquinho de pipoca, senta na primeira fila e grita a cada vez que o Jason ergue o machado.

*Workshop* — E uma espécie de curso intensivo. Existem os bons. Mas o termo se presta a muita empulhação. Pois, ao contrário dos cursos, no *workshop* ninguém tem a obrigação de aprender alguma coisa específica. Basta participar. Muitas vezes botam um sujeito famoso para dar palestras durante dois dias seguidos. Há alunos que chegam a roncar na sala. Depois fazem bonito dizendo que participaram de um *workshop* com fulano ou beltrano. A palavra é imponente, não é?

*Releitura* — Ninguém, no meio artístico ou gastronômico, consegue sobreviver sem usar essa palavra. Está em moda. Fala-se em releitura de tudo: de músicas, de receitas, de livros. Em culinária, releitura serve para falar de alguém que achou uma receita antiga e lhe deu um toque pessoal. Críticos culinários e donos de restaurantes badalados adoram falar em cardápios com releitura disso e daquilo. Ora, um cozinheiro não bota seu tempero até na feijoada? Isso é releitura? Então minha avó fazia releitura e não sabia, coitada. O caso fica mais complicado em outras áreas. Fazer uma releitura de uma história não é disfarçar falta de ideia? Claro que existem casos e casos. Mas que releitura serve para disfarçar cópia e plágio, serve. Seria mais honesto dizer “adaptado de...” ou “inspirado em...”, como faziam antes.

Daria para escrever um livro inteiro a respeito. Fico arrepiado quando alguém vem com uma conversa abarrotada de termos como esses. Parece que vão me passar a perna. Ou a culpa é minha, e não sou capaz de entender a profundidade da conversa. Nessas horas, fico pensando: será que sou bobo? Ou tem gente esperta demais?

1 - Em “As lojas dos *shoppings* devem achar liquidação muito **chula**”, o vocábulo marcado poderia ser substituído pelos seguintes sinônimos sem qualquer prejuízo de seu sentido original da frase, com a EXCEÇÃO DE UM. Assinale-o:

- (A) irritante;
- (B) ordinária;
- (C) medíocre;
- (D) inferior;
- (E) comum.

2 - Em “Mas o termo se presta a muita **empulhação**”, a palavra grifada na frase está empregada com o valor do seguinte sinônimo:

- (A) exatidão;
- (B) justeza;
- (C) armação;
- (D) rigor;
- (E) correção.

3 - A crônica de Walcyr Carrasco é construída a partir da seguinte premissa:

- (A) “Daria para escrever um livro inteiro a respeito.”
- (B) “Parece que vão me passar a perna.”
- (C) “Nessas horas, fico pensando: será que sou bobo? Ou tem gente esperta demais?”
- (D) “Existem termos destinados a dar a impressão de que algo não é exatamente o que é.”
- (E) “Já estão, sim, incorporados no vocabulário.”

4 - “Ando perdido em uma selva de palavras”. No fragmento destacado, há o emprego da seguinte figura de linguagem:

- (A) anacoluto;
- (B) metáfora;
- (C) paradoxo;
- (D) símile;
- (E) comparação.

5 - A cada nova abordagem sobre uma palavra, a crônica do texto 1 faz destacar sobre as demais a seguinte função da linguagem:

- (A) referencial;
- (B) fática;
- (C) conativa;
- (D) poética;
- (E) metalingüística.

6 - Assinale a alternativa em que todas as palavras destacadas são invariáveis:

- (A) “**Ou** a culpa é **minha**, e não sou capaz de **entender** a profundidade da conversa.”
- (B) “**Ou** a culpa é minha, e **não** sou capaz **de** entender a profundidade da conversa.”

(C) “**Ou** a **culpa** é minha, e não sou **capaz** de entender a profundidade da conversa.”

(D) “**Ou** a culpa é minha, e não sou capaz de entender a **profundidade** da **conversa**.”

(E) “**Ou** a culpa é minha, e não **sou** capaz de entender **a** profundidade da conversa.”

7 - As classes gramaticais das palavras grifadas foram corretamente identificadas em quase todas as alternativas, EXCETO EM UMA. Assinale-a:

(A) “Fico arrepiado **quando** alguém vem **com** uma conversa abarrotada de termos como esses.” (conjunção/preposição)

(B) “Fico arrepiado quando **alguém** vem com **uma** conversa abarrotada de termos como esses.” (pronomes indefinido/artigo indefinido)

(C) “Fico arrepiado **quando** alguém vem com uma conversa abarrotada **de termos** como esses.” (preposição acidental/adjetivo)

(D) “Fico arrepiado quando alguém vem com uma **conversa** abarrotada de termos como **esses**.” (substantivo/pronome demonstrativo)

(E) “**Fico** arrepiado quando alguém vem com uma conversa **abarrotada** de termos como esses.” (verbo/verbo)

8 - “O caso fica mais complicado em outras áreas”. A alternativa em que foi corretamente identificado o núcleo do sujeito da oração é a seguinte:

- (A) áreas;
- (B) outras;
- (C) complicado;
- (D) mais;
- (E) caso.

9 - Em “Um candidato a intelectual jamais confessa **que não perde um episódio da série Sexta-Feira 13, por exemplo**”, a oração destacada possui o mesmo valor que o de um:

- (A) advérbio de tempo;
- (B) advérbio de causa;
- (C) advérbio de finalidade;
- (D) substantivo;
- (E) adjetivo.

10 - “Em culinária, releitura serve para falar de alguém **que achou uma receita antiga** e lhe deu um toque pessoal”. A correta classificação da oração grifada é:

- (A) oração subordinada substantiva objetiva direta.
- (B) oração subordinada adjetiva restritiva.
- (C) oração coordenada sindética adversativa.
- (D) oração subordinada adverbial temporal.
- (E) oração subordinada substantiva apositiva.

## TEXTO 2:

**Periferia na tevê**

Inaira Campos e Thiago Ansel - Observatório

**de Favelas**

“Bateria arrebenta/ Todo mundo comenta” são versos de “Samba da Regina”, música de Arlindo Cruz e Gilberto Gil, que abre o programa de TV Esquenta!, comandado pela atriz Regina Casé. Até a sua última edição, no domingo, dia 31/03, a atração cumpriu o que professou sua trilha sonora: deu o que falar.

No palco rodeado por um auditório, sambistas, comediantes e celebridades dividem espaço com grupos musicais de diferentes cantos do país. Os números musicais são entrecortados por quadros que costumam abordar temas tão diversos quanto educação, violência contra mulher, comportamento e aspectos da cultura popular. Estes últimos, geralmente comentados por uma espécie de elenco fixo – composto por cantores como Arlindo Cruz, Preta Gil, Leandro Sapucahy, atores como Douglas Silva, entre outros – e convidados, que parecem selecionados segundo o seguinte critério: não deixar o nível de heterogeneidade do programa cair.

Segundo Sarah Nery Chaves, que fez uma pesquisa intitulada “Eu tenho cara de pobre: Regina Casé e a periferia na TV”, o argumento da apresentadora para fazer o que faz é colocar o pobre que sempre vê TV para se reconhecer nela, longe dos estereótipos das novelas e das notícias policiais. “Acredito que ela realmente procura aproximar as pessoas: anônimos e famosos, ricos e pobres, brancos e pretos. Faz isso à sua maneira, com os aparatos e parceiros que tem e na polêmica empresa em que trabalha”, afirma Chaves. O cantor Criolo, um dos convidados da edição do dia 18 de março, deu um depoimento semelhante ao se referir à atração: “As pessoas que estão em casa dizem ‘tem alguém parecido comigo’.”

Para Alexandre Paes, ex-espectador declarado e estudante de educação física, o Esquenta! causa mais embaraço do que distração. “Acho que o pobre e o favelado são zoados o tempo todo. Não sei se é a intenção da produção. Acho que não é, mas é isso que acaba acontecendo. E todo mundo fica rindo. Antes eu via e sentia aquela vergonha que só me fazia olhar para o lado. Da última vez que vi, tive que mudar de canal. Acho que quando chega nesse estágio de trocar de canal é porque você fica muito constrangido”, conta.

Há também os que afirmam que a forma pela qual o programa representa a periferia pode ser um tiro pela culatra. “A Regina tem carisma e até me parece muito autêntica quanto à proposta de mostrar os subúrbios e favelas. Agora, não sei se é uma decisão da emissora ou da direção do programa estigmatizar comportamentos presentes nas comunidades. Um exemplo foi a eleição das chamadas ‘néns’, garotas ‘vestidas para ir ao baile funk’, cheias de maneirismos, falando errado e servindo de chacota. É isso que é ser garota de favela? Acho que as favelas têm coisas mais interessantes para se mostrar”, opina a jornalista Alexandra Silva.

**Paradoxal**

De um extremo a outro, a marca da atração parece ser o paradoxo. Se de um lado, Esquenta! traz para a grade dominical da Globo diversidade muito superior em contraste com outros programas da emissora, de outro há momentos em que o reforço de estigmas é patente. Foi o que aconteceu no dia 12 de dezembro, num quadro dedicado a discutir o papel das empregadas domésticas na sociedade brasileira. O programa trouxe babás que deixam suas famílias durante a semana para cuidar dos filhos de outras pessoas.

Regina encerrou o bloco dizendo “a babá é uma instituição nacional”. E completou: “Antigamente babá se chamava ama de leite porque elas também davam de mamar para os bebês. Até o imperador tinha uma ama de leite. Outro político muito importante, um cara sensacional, Joaquim Nabuco, que lutou muito pela abolição da escravatura, escreveu em suas memórias sobre os escravos domésticos.

Ele escreve especialmente sobre a sua ama de leite: ‘Ela permanecerá por muito tempo como uma característica nacional do Brasil’” (durante a fala, a telinha mostrava fotos de mulheres negras com crianças brancas nos dias atuais). “Talvez a gente deva a abolição da escravatura a esse carinho que a babá do Joaquim Nabuco teve por ele. Palmas para a ama de leite do Joaquim Nabuco, que fez o Brasil dar um passo importante na sua história”, concluiu a apresentadora.

A equivalência estabelecida entre ama de leite – tarefa executada, à época, por escravas – e babá – categoria profissional contemporânea, como tantas outras – parece longe de propor qualquer tipo de ruptura com estereótipos. O que chama atenção, ao contrário, é a insistência na ideia de que o carinho tem sido o emblema de relações raciais no Brasil. A escolha de Joaquim Nabuco como referência confirma que a abordagem do programa em alguns momentos pode mesmo ser paradoxal, já que se trata de um personagem histórico que foi diplomata, intelectual abolicionista do Império, mas cujas memórias contêm uma célebre passagem onde o pensador diz ter “saudades do escravo”.

Para Maria Eduarda Rocha, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que tem se dedicado a analisar o programa, a questão exige pensar o *Esquentá!* em seu conjunto. “A resposta exige que se olhe para duas coisas: primeiro, a chave de representação dos negros no programa. Essa não me parece assimilável ao mito da democracia racial porque os negros e mestiços não são ‘embranquecidos’, muito pelo contrário, estão lá trazendo formas de manifestação cultural que são as da ‘periferia’. Embora o mito da democracia racial possa ser ressignificado na ideia de pluralismo, sem dúvida há no programa uma dimensão afirmativa das identidades negras que vai na contramão desta ideia”, pondera a pesquisadora.

### O lugar da periferia na grande mídia

Há lugar para a periferia, ao meio-dia, na Rede Globo? Para a pesquisadora Sarah Nery Chaves é possível, mas desde que dentro das regras e formatos da emissora. “As estratégias televisivas nos seduzem com suas narrativas e isso não deveria ser motivo para descartarmos as experiências que elas proporcionam. Apesar de também poderem ser vistos enquanto reprodução de estereótipos e reforço das fronteiras culturais, por um lado, sem dúvida, eles ajudam a expandir nossa visão de Brasil e de mundo com histórias e personagens tão extraordinários quanto ordinários, que retratam aspectos profundos da nossa cultura. Por isso não há como pensar em termos de ‘positivo’ ou ‘negativo’, ‘bom’ ou ‘ruim’, pois há muitos fatores juntos”, explica.

As ambiguidades que marcam a incorporação das culturas populares pela mídia não são exatamente novas. Segundo Maria Eduarda Rocha, esse movimento de “incorporação”, simultaneamente, reconhece as classes populares, mas deixa evidentes as tentativas de dominação simbólica sobre este grupo. De acordo com essa perspectiva, a ideia de que há um “aviltamento” da cultura popular pela cultura de massa remete a uma concepção purista de cultura que não se sustenta quando olhamos para a história.

A professora, contudo, adverte que no caso do *Esquentá!* é preciso lembrar que enquanto a Globo dá visibilidade positiva às classes populares, ao mesmo tempo, ela trabalha fervorosamente em favor do monopólio da fala. “Esse monopólio é um obstáculo, embora não absoluto, para que as classes populares possam falar de si mesmas e as torna em parte dependentes de um espaço de visibilidade outro. Essa contradição a Globo não pode resolver, por mais pluralista e democrático que seu programa tente ser”, ressalta.

(<http://www.revistapontocom.org.br/destaques/periferia-na-teve - 16/04/2012>)

11 - Em “...longe dos estereótipos das novelas e das notícias policiais.”, o termo assinalado pode ser substituído por quase todos os vocábulos seguintes sem qualquer prejuízo do sentido original da frase, EXCETO UM. Assinale-o:

- (A) lugar-comum;
- (B) chavão;
- (C) clichê;
- (D) trivialidade;
- (E) originalidade.

12 - No trecho “...o *Esquentá!* causa mais embaraco do que distração.”, a palavra em destaque pode ser substituída pelo seguinte sinônimo efetuando a manutenção de seu sentido original da frase:

- (A) audácia;
- (B) confiança;
- (C) naturalidade;
- (D) desconforto;
- (E) sociabilidade.

13 - “Agora, não sei se é uma decisão da emissora ou da direção do programa estigmatizar comportamentos presentes nas comunidades.”

A palavra destacada na passagem possui o seguinte antônimo:

- (A) depreciar;
- (B) desacreditar;
- (C) glorificar;
- (D) macular;
- (E) menosprezar.

14 - No fragmento “Acho que o pobre e o favelado são zoados o tempo todo.”, a expressão grifada é um exemplo de variação linguística:

- (A) de nível fonológico;
- (B) de nível morfo-sintático;
- (C) regional;
- (D) de nível vocabular;
- (E) profissional.

15 - No que diz respeito à tipologia textual de “Periferia na tevê”, NÃO é correto afirmar o seguinte:

- (A) há o uso da descrição;
- (B) houve o emprego da exposição;
- (C) a forma injuntiva foi utilizada;
- (D) existe a prática da forma dissertativa;
- (E) observa-se que há vestígio da narração.

16 - Assinale o fragmento que melhor ilustra a natureza paradoxal do programa em questão:

- (A) “Regina encerrou o bloco dizendo ‘a babá é uma instituição nacional’. E completou: ‘Antigamente babá se chamava ama de leite porque elas também davam de mamar para os bebês.”
- (B) “Outro político muito importante, um cara sensacional, Joaquim Nabuco, que lutou muito pela abolição da escravatura, escreveu em suas memórias sobre os escravos domésticos.”
- (C) “Ele escreve especialmente sobre a sua ama de leite: ‘Ela permanecerá por muito tempo como uma característica nacional do Brasil’”
- (D) “Se de um lado, Esquenta! traz para a grade dominical da Globo diversidade muito superior em contraste com outros programas da emissora, de outro há momentos em que o reforço de estigmas é patente.”
- (E) “(durante a fala, a telinha mostrava fotos de mulheres negras com crianças brancas nos dias atuais).”

17 - “Embora o mito da democracia racial possa ser ressignificado na ideia de pluralismo, sem dúvida há no programa uma dimensão afirmativa das identidades negras que vai na contramão desta ideia”, pondera a pesquisadora.”

Sobre a palavra assinalada no fragmento, é correto afirmar que:

- (A) introduz uma circunstância de causa;
- (B) se trata de uma conjunção integrante;
- (C) inicia uma oração subordinada adjetiva;
- (D) inaugura o início de uma oração principal;
- (E) traduz uma ideia de concessão.

18 - Marque a alternativa em que as três palavras assinaladas são variáveis:

- (A) “As ambiguidades que marcam a incorporação das culturas populares pela mídia não são exatamente novas.”
- (B) “As ambiguidades que marcam a incorporação das culturas populares pela mídia não são exatamente novas.”
- (C) “As ambiguidades que marcam a incorporação das culturas populares pela mídia não são exatamente novas.”
- (D) “As ambiguidades que marcam a incorporação das culturas populares pela mídia não são exatamente novas.”
- (E) “As ambiguidades que marcam a incorporação das culturas populares pela mídia não são exatamente novas.”

19 - Em “...a ideia de que há um “aviltamento” da cultura popular pela cultura de massa remete a uma concepção purista de cultura...”, a oração marcada exerce o mesmo papel que o de um:

- (A) substantivo;
- (B) adjetivo;
- (C) advérbio de lugar;
- (D) advérbio de causa;
- (E) advérbio de tempo.

20 - Na frase “Há lugar para a periferia, ao meio-dia, na Rede Globo?”, no que diz respeito à questão de seu sujeito, é correto afirmar que:

- (A) há um sujeito simples;
- (B) o núcleo do sujeito é “lugar”;
- (C) o sujeito está indeterminado;
- (D) se trata de uma oração sem sujeito;
- (E) o sujeito está implícito na desinência verbal.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21 - Os órgãos públicos podem ser classificados, quanto à composição, em:

- (A) distritais;
- (B) singulares;
- (C) diretivos;
- (D) subordinados;
- (E) municipais.

22 - De acordo com a doutrina do Direito Administrativo, os fatos administrativos:

- (A) têm o sentido de atividades materiais no exercício da função administrativa, objetivando efeitos de ordem prática para a Administração;
- (B) relacionam-se com a noção de fato jurídico do direito privado, ou seja, são os fatos capazes de produzir efeitos na ordem jurídica;
- (C) correspondem sempre a realização de efeitos jurídicos produzidos pelos atos administrativos, políticos ou de governo;
- (D) caracterizam-se por serem ações da Administração sempre decorrentes de atos administrativos formais e voluntários;
- (E) representam o gênero, cujas espécies são atos da administração e atos administrativos.

23 - A competência, um dos elementos do ato administrativo, se reveste das seguintes características:

- (A) derogabilidade e imperatividade;
- (B) delegabilidade e derogabilidade;
- (C) inderrogabilidade e improrrogabilidade;
- (D) indelegabilidade e auto-executoriedade;
- (E) discricionariedade e prorrogabilidade.

24 - De acordo com a Lei nº 9.784/99, o processo administrativo pode iniciar-se:

- (A) de ofício somente, se houver pluralidade de interessados;
- (B) de ofício somente, a critério da autoridade competente;
- (C) de ofício, somente quando houver pedido de interessado;
- (D) a pedido de interessado, somente nos casos de omissão da autoridade competente;
- (E) de ofício ou a pedido de interessado.

25 - São características do contrato administrativo, EXCETO:

- (A) formalismo;
- (B) comutatividade;
- (C) natureza intuitu personae;
- (D) imutabilidade;
- (E) bilateralidade.

26 - Com base na Lei nº 11.107/05, é correto afirmar que:

- (A) os consórcios públicos não poderão emitir documentos de cobrança ou exercer atividades de arrecadação de tarifas;
- (B) o consórcio público será constituído por contrato cuja celebração poderá ou não depender de prévia subscrição de protocolo de intenções;
- (C) a União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados;
- (D) o consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito público;
- (E) os consórcios públicos, na área de saúde, não estarão, necessariamente, obrigados aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS.

27 - De acordo com a Lei nº 11.079/04, a parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, nas modalidades:

- (A) patrocinada ou administrativa;
- (B) subsidiária ou patrocinada;
- (C) institucional ou corporativa;
- (D) administrativa ou institucional;
- (E) corporativa ou administrativa.

28 - No que tange à extinção de concessão de serviços públicos, é correto afirmar que:

- (A) a reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido;
- (B) a caducidade é a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização;
- (C) o poder concedente, após extinta a concessão, deverá requerer judicialmente a autorização para imediata assunção do serviço concedido, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários;
- (D) todos os direitos e privilégios transferidos ao concessionário retornam ao poder concedente, com exceção dos bens reversíveis;
- (E) a concessão de serviços públicos não pode ser extinta apenas com fundamento no falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

29 - São de competência da União e dos Municípios, respectivamente, os seguintes impostos:

- (A) ITBI e IPI;
- (B) ITR e IEG;
- (C) IPTU e IOF;
- (D) IPI e ITBI;
- (E) IPVA e ISS.

30 - O ato administrativo com vício de legalidade pode ser invalidado:

- (A) pelo Judiciário, somente;
- (B) pelo Legislativo, somente;
- (C) pelo Judiciário ou pelo Legislativo;
- (D) pela Administração Pública, somente;
- (E) pelo Judiciário ou pela própria Administração.

31 - Nos termos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, quando a lei for omissa, o juiz deve decidir o caso, dentre outros meios, de acordo com:

- (A) a razoabilidade jurídica;
- (B) os costumes;
- (C) a jurisprudência;
- (D) as exigências do bem comum;
- (E) a doutrina especializada.

32 - Far-se-á averbação em registro público:

- (A) da sentença declaratória de ausência e de morte presumida;
- (B) da interdição por incapacidade absoluta ou relativa;
- (C) do nascimentos, casamentos e óbitos;
- (D) da emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz;
- (E) dos atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação.

33 - É nulo o negócio jurídico quando:

- I- For ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto.
- II- Celebrado por pessoa absolutamente incapaz.
- III- For preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas;
- (B) II, apenas;
- (C) III, apenas;
- (D) I e II, apenas;
- (E) I, II e III.

34 - Analise as proposições a seguir no que tange às fundações:

- I- A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.
- II- Quando insuficientes para constituir a fundação por testamento, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados ao inventário do de *cujos*, a fim de serem partilhados entre os herdeiros.
- III- Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, necessariamente, a maneira de administrá-la.
- IV- Constituída a fundação por negócio jurídico entre vivos, o instituidor é obrigado a transferir-lhe a propriedade, ou outro direito real, sobre os bens dotados, e, se não o fizer, serão registrados, em nome dela, por mandado judicial.

De acordo com o Código Civil, são verdadeiras somente as afirmativas:

- (A) I e II;
- (B) I e IV;
- (C) III e IV;
- (D) I, II e IV;
- (E) II, III e IV.

35 - As ações que asseguram os direitos reais sobre imóveis são consideradas bens:

- (A) públicos;
- (B) acessórios;
- (C) fungíveis;
- (D) imóveis;
- (E) indivisíveis.

36 - No que se refere ao negócio jurídico, é correto afirmar que:

- (A) a impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico mesmo se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado;
- (B) o silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa;
- (C) a validade da declaração de vontade dependerá de forma especial, salvo quando a lei expressamente a dispensar;
- (D) a manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, mesmo se dela o destinatário tinha conhecimento;
- (E) a incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio, como também aproveita aos cointeressados capazes, salvo se, neste caso, for divisível o objeto do direito ou da obrigação comum.



37 - No negócio jurídico, as condições impossíveis, quando resolutivas, e as de não fazer coisa impossível são consideradas, de acordo com o Código Civil, como:

- (A) incondicionais;
- (B) anuláveis;
- (C) lesivas;
- (D) fraudulentas;
- (E) inexistentes.

38 - O IPTU é um imposto que pode ser criado por lei:

- (A) ordinária municipal;
- (B) estadual, somente;
- (C) federal, somente;
- (D) complementar municipal ou estadual, somente;
- (E) ordinária estadual ou federal, somente.

39 - No que tange às obrigações alternativas, analise as proposições a seguir:

- I- Nas obrigações alternativas a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
- II- Quando a obrigação for de prestações periódicas, a faculdade de opção deverá ser exercida no primeiro pagamento que valerá, sem mais direito de mudança, para os demais períodos.
- III- No caso de pluralidade de optantes, não havendo acordo unânime entre eles, decidirá o juiz, findo o prazo por este assinado para a deliberação.
- IV- Se, por culpa do devedor, não se puder cumprir nenhuma das prestações, não competindo ao credor a escolha, ficará aquele obrigado a pagar o valor da que por último se impossibilitou, mais as perdas e danos que o caso determinar.

São verdadeiras somente as afirmativas:

- (A) I e III;
- (B) I e IV;
- (C) III e IV;
- (D) I, III e IV;
- (E) II, III e IV.

40 - Conforme o Código Civil, no que diz respeito ao objeto de pagamento e sua prova, é correto afirmar que:

- (A) quando, por motivos imprevisíveis, sobrevier desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e o do momento de sua execução, poderá o juiz corrigi-lo, a pedido da parte, de modo que assegure, quanto possível, o valor real da prestação;
- (B) o credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, salvo se for mais valiosa;
- (C) quando o pagamento for em quotas periódicas, a quitação da última não estabelece, até prova em contrário, a presunção de estarem solvidas as anteriores;

- (D) o devedor que paga tem direito a quitação regular, mas não pode reter o pagamento enquanto não lhe seja dada;
- (E) a convenção de aumento progressivo de prestações sucessivas é ilícita.

41 - A multa que o juiz ou o tribunal poderá aplicar ao litigante de má-fé condenado será no valor:

- (A) não excedente a um por cento sobre o valor da causa;
- (B) não excedente a dez por cento sobre o valor da causa;
- (C) não excedente a dez por cento sobre o valor da condenação;
- (D) não inferior a dez por cento ou superior a vinte por cento do valor da causa;
- (E) não inferior a dez por cento ou superior a vinte por cento do valor da condenação.

42 - Dentre os princípios orçamentários, NÃO se inclui o princípio da:

- (A) transparência;
- (B) legalidade;
- (C) anterioridade;
- (D) universalidade;
- (E) anualidade.

43 - Pendendo uma causa civil entre duas ou mais pessoas, o terceiro que tiver interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma delas poderá:

- (A) intervir no processo para assisti-la;
- (B) oferecer oposição contra ambos;
- (C) nomear a autoria para defesa do próprio interesse;
- (D) promover o chamamento ao processo dos demais interessados;
- (E) fazer a denúncia à lide do seu interesse.

44 - No que diz respeito à competência interna, o Código de Processo Civil dispõe que uma ação intentada perante tribunal estrangeiro:

- (A) induz litispendência, bem como obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas;
- (B) não induz litispendência, porém obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas;
- (C) induz litispendência, bem como obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa, porém permite que se conheça das que lhe são conexas;
- (D) induz litispendência, porém não obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas;
- (E) não induz litispendência, nem obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas.

45 - No que diz respeito à modificação de competência, é correto afirmar que:

- (A) a competência em razão do valor e do território é inderrogável por convenção das partes;
- (B) a competência, em razão do valor e do território, poderá modificar-se pela conexão ou continência;
- (C) a competência, em razão do valor e da hierarquia, poderá modificar-se pela conexão ou continência;
- (D) a competência em razão do valor e da hierarquia é derogável por convenção das partes;
- (E) a competência, em razão do território e da matéria, poderá modificar-se pela conexão ou continência.

46 - O juiz poderá, conforme disposição expressa do Código de Processo Civil, decidir por equidade:

- (A) sempre em que houver lacuna da lei;
- (B) nos casos excepcionais em que a lei positiva se apresenta injusta ao caso concreto;
- (C) somente nos casos em que não há expressa vedação da lei;
- (D) somente nos casos previstos em lei;
- (E) sempre que entender imprescindível para decisão justa da lide.

47 - No que tange à forma dos atos processuais, analise as proposições a seguir:

- I- O prazo, estabelecido pela lei ou pelo juiz, é contínuo, não se interrompendo nos feriados.
- II- Podem as partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar o prazo dilatatório; a convenção, porém, só tem eficácia se, requerida antes do vencimento do prazo, se fundar em motivo legítimo.
- III- Não havendo preceito legal nem assinatura pelo juiz, será de 15 (quinze) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- IV- O advogado deve restituir os autos no prazo legal. Não o fazendo, mandará o juiz, de ofício, riscar o que neles houver escrito e desentranhar as alegações e documentos que apresentar.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II e III, apenas;
- (B) I, II e IV, apenas;
- (C) I, II e III, apenas;
- (D) II, III e IV, apenas;
- (E) I, II, III e IV.

48 - A citação do réu que estiver doente, enquanto grave o seu estado:

- (A) não poderá ser feita, salvo expressa autorização médica;
- (B) não poderá ser feita em nenhuma hipótese, até que se verifique a melhora do enfermo;
- (C) não poderá ser feita, salvo para evitar o perecimento do direito;
- (D) poderá ser feita, salvo expressa determinação médica contrária à realização do ato;
- (E) poderá ser feita, desde que a doença acometida ao enfermo não prejudique a compreensão do ato.

49 - O processo da Ação Popular obedecerá ao procedimento:

- (A) ordinário, previsto no Código de Processo Civil, observadas as normas modificativas da Lei nº 4.717/65;
- (B) especial da ação civil pública, previsto na Lei 7.347/85, observadas as normas modificativas da Lei nº 4.717/65;
- (C) sumário, previsto no Código de Processo Civil, observadas as normas modificativas da Lei nº 4.717/65;
- (D) da Lei nº 4.717/65, aplicando-se subsidiariamente o procedimento especial de prestação de contas previsto no Código de Processo Civil;
- (E) especial de ação popular previsto no Código de Processo Civil, observadas as normas modificativas da Lei nº 4.717/65.

50 - Na ação civil pública, o Ministério Público:

- (A) atuará facultativamente como fiscal da lei, se não intervier no processo como parte;
- (B) atuará obrigatoriamente como fiscal da lei, se não intervier no processo como parte;
- (C) não é legitimado para intervir no processo como parte, nem para atuar como fiscal da lei;
- (D) poderá atuar no processo somente como fiscal da lei;
- (E) poderá intervir no processo somente como parte.

51 - As constituições podem ser pesquisadas segundo diversos aspectos. A classificação quanto ao modo de elaboração compreende a distribuição das constituições entre:

- (A) dogmáticas ou históricas;
- (B) promulgadas ou outorgadas;
- (C) imutáveis ou flexíveis;
- (D) não escritas ou formais;
- (E) analíticas ou sintéticas.

52 - A competência para processar e julgar os membros do Conselho Nacional de Justiça nos crimes de responsabilidade é:

- (A) da Câmara dos Deputados;
- (B) do Senado Federal;
- (C) do Congresso Nacional;
- (D) do Supremo Tribunal Federal;
- (E) do Superior Tribunal de Justiça.

53 - Nos termos da Constituição Federal/88, podem propor a ação declaratória de constitucionalidade, EXCETO:

- (A) a Mesa do Senado Federal;
- (B) a Mesa da Câmara dos Deputados;
- (C) a Mesa de Assembleia Legislativa;
- (D) todos os partidos políticos;
- (E) confederação sindical.

54 - É competência exclusiva do Município:

- (A) emitir moeda;
- (B) legislar sobre assuntos de interesse local;
- (C) fiscalizar as operações de natureza financeira e as de seguros;
- (D) manter, com a cooperação técnica da União, programas de ensino superior;
- (E) elaborar um Plano Diretor e os regionais de ordenação do território.

55 - A competência para legislar sobre contratos administrativos é conferida:

- (A) subsidiariamente aos Estados e aos Municípios para normas gerais e específicas;
- (B) concorrentemente, somente entre a União e os Estados, para normas gerais;
- (C) concorrentemente à União, aos Estados e aos Municípios, para normas gerais;
- (D) exclusivamente à União para edição de normas gerais e específicas;
- (E) privativamente à União para edição de normas gerais.

56 - No Processo do Trabalho, os atos processuais, em regra, serão realizados:

- (A) de segunda a sábado, das 9 (nove) às 17 (dezesete) horas;
- (B) de segunda à sexta-feira, das 10 (dez) às 20 (vinte) horas;
- (C) nos dias úteis, das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas;
- (D) nos dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas;
- (E) em todos os dias da semana, de 8 (oito) às 20 (vinte) horas.

57 - Dentre os fundamentos da República Federativa do Brasil expressamente previstos na Constituição Federal de 1988, NÃO se inclui:

- (A) a soberania;
- (B) o pluralismo social;
- (C) a cidadania;
- (D) a dignidade da pessoa humana;
- (E) os valores sociais do trabalho.

58 - Constitui condição de elegibilidade, na forma da lei, a idade mínima de:

- (A) trinta anos para Senador;
- (B) vinte e cinco anos para Governador;
- (C) vinte e um anos para Prefeito;
- (D) vinte e um anos para Vereador;
- (E) dezoito anos para Vice-Prefeito.

59 - São privativos de brasileiro nato os seguintes cargos, EXCETO:

- (A) Presidente do Senado Federal;
- (B) Vice-Presidente da República;
- (C) Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- (D) Oficial das Forças Armadas;
- (E) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

60 - Inclui-se entre as hipóteses de interrupção do contrato de trabalho:

- (A) mandato sindical;
- (B) auxílio-doença;
- (C) encargos civis públicos;
- (D) faltas injustificadas;
- (E) força maior.

